

01  
2021

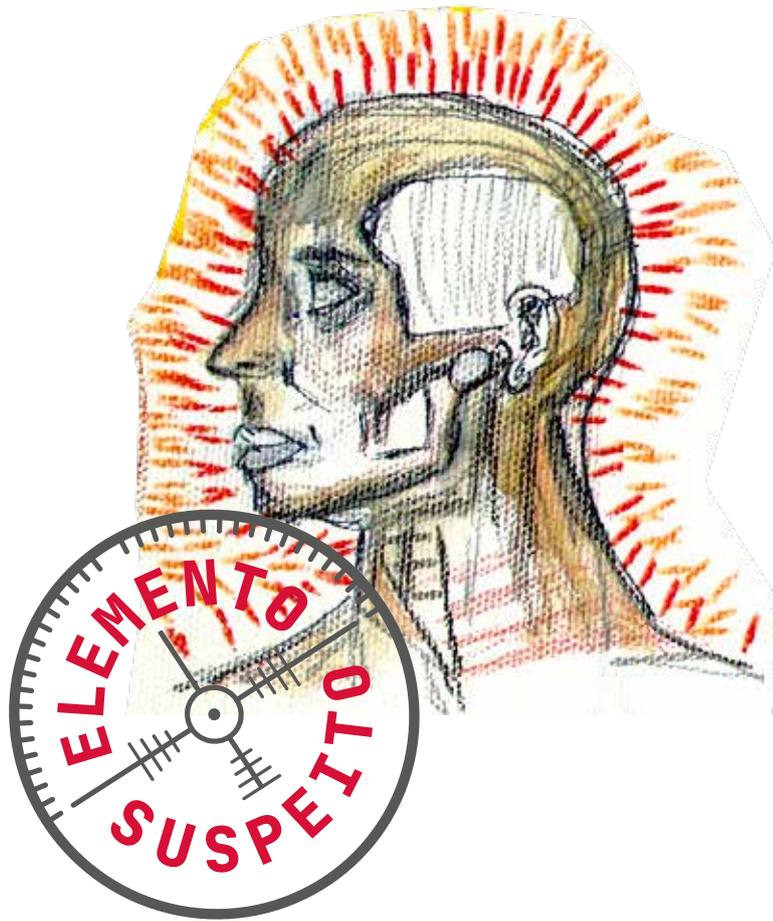


cesec  
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

## RACISMO E ABORDAGEM POLICIAL NO RIO DE JANEIRO







A pesquisa Elemento Suspeito 2021 está em campo. Este documento lança novas perspectivas conceituais que animam o projeto empírico atual, quase duas décadas depois da primeira pesquisa realizada entre 2003 e 2005. Trata-se do primeiro de uma série e ainda não apresenta os novos dados.

**ELEMENTO SUSPEITO: RACISMO E ABORDAGEM  
POLICIAL NO RIO DE JANEIRO**

Uma pesquisa do Cesec que busca entender o que mudou quase 20 anos depois da primeira pesquisa Elemento Suspeito.

**COORDENAÇÃO DO CESEC**

Julita Lemgruber  
Leonarda Musumeci  
Sílvia Ramos

**Coordenador adjunto**

Pablo Nunes

**EQUIPE ELEMENTO SUSPEITO**

**Coordenação**

Sílvia Ramos

**Pesquisadores**

Diego Francisco, Pedro Paulo da Silva, Itamar Silva

**Comunicação**

Juliana Gonçalves

**Gerente**

Ana Paula Andrade

**Conselho de Pesquisa**

Cecília Olliveira  
Danielle Magalhães  
Joel Costa  
Jota Marques  
Marcelle Decothé  
Monica Cunha  
Rachel Barros  
Thiago Nascimento  
Thuane Nascimento  
Wesley Teixeira

**Fale conosco: [elementosuspeito2021@gmail.com](mailto:elementosuspeito2021@gmail.com)**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sueli Costa CRB-8/5213

Ramos, Sílvia

Elemento suspeito [livro eletrônico]: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro / Sílvia Ramos...[et al.]; ilustração Miguel Morgado. - Rio de Janeiro : CESeC, 2021.

10 mb ; PDF

Outros autores: Diego Francisco, Pedro Paulo da Silva, Itamar Silva

ISBN: 978-85-5969-009-5

1. Racismo 2. Polícia 3. Abordagem policial 4. Elemento suspeito I. Francisco, Diego II. Silva, Pedro Paulo da III. Silva, Itamar IV. Morgado, Miguel V. Título.

CDD-305.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Racismo : Polícia 305.8

# UM FAROL ACESO SOBRE O RACISMO NO POLICIAMENTO DO RIO DE JANEIRO

A pesquisa “Elemento suspeito” ganha uma reedição, duas décadas depois, em meio a casos que acenderam um farol sobre o racismo e a brutalidade cotidianos nas estratégias de policiamento. Casos como o de George Floyd em Mineápolis, o de João Pedro em São Gonçalo e o de João Alberto no Carrefour de Porto Alegre confirmam que a presença preventiva de agentes de polícia e vigilantes é um dispositivo de poder de vida e morte que afeta o tempo todo homens negros, além de jovens e crianças pobres em favelas e periferias do Brasil.

Em 2021, as condições para alterar as relações da polícia com uma parte da sociedade, especialmente com cidadãos negros e pobres, estão diretamente ligadas à nossa capacidade de descrever e analisar o que ocorre no cotidiano das ruas; a conhecer os mecanismos dessas dinâmicas quase sempre ocultas e, também, à mobilização de vozes de especialistas, ativistas e mídia sobre vivências e opiniões acerca do binômio racismo e polícia. Mais do que nunca é preciso compreender detalhadamente as relações entre policiamento e racismo no Brasil.



## Anatomia das abordagens

Em 2003, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) conduziu a *pesquisa Elemento suspeito, abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro* (Record, 2005)<sup>[1]</sup> e encontrou resultados surpreendentes. Aproximadamente 38% dos entrevistados tinham sido parados alguma vez, mas as revistas corporais ocorriam em 77% das pessoas paradas a pé na rua e em apenas 20% dos parados em carros particulares. Brancos só tinham sido revistados em 33% das abordagens, e pretos, em 55%. A possibilidade de comparação dos resultados de 2021 com os resultados obtidos em 2003 é uma rara e preciosa oportunidade de pesquisa que não ocorre com frequência a um grupo de estudiosos. Além disso, possivelmente não existe momento em que um projeto sobre policiamento e racismo seja mais necessário no Brasil do que o atual.

Além da revisão da literatura e do levantamento de trabalhos sobre policiamento e racismo realizados nos últimos anos, o CESeC está desenvolvendo uma pesquisa que inclui um esforço de levantamento quantitativo sobre proporção de pessoas abordadas; qualidade da interação policial e opiniões a respeito das polícias e das operações policiais. Será aplicado questionário a uma amostra aleatória e representativa em pontos de fluxo. Também serão usadas técnicas qualitativas de pesquisa (grupos focais e entrevistas). Nas pesquisas qualitativas, exploraremos aspectos como as perguntas que os policiais fazem nas abordagens; o que caracteriza uma revista humilhante; qual é a sensação de ter uma arma apontada para si e como é se sentir o elemento suspeito em uma abordagem policial.

Em resumo, a pesquisa pretende conhecer a incidência de abordagens policiais nas ruas da cidade do Rio de Janeiro nos diferentes grupos geracionais, raciais e territoriais; a qualidade dessas interações e as opiniões de diferentes setores da população sobre a polícia.

Em 2021, a investigação ocorrerá apenas na cidade do Rio de Janeiro. No futuro, a depender de possibilidades de apoio e financiamento, pretendemos realizar a pesquisa em outras cidades do país, a partir do estabelecimento de parcerias com centros de estudos e organizações civis.



## Falta de transparência e dificuldade de diálogo com as polícias

Quantas abordagens, em média, um policial faz por dia? Quantas abordagens os policiais de um batalhão fazem por mês? Quantas prisões, apreensões e quantos incidentes violentos ocorrem, em média, nessas abordagens? Qual o sentimento de um policial ao fazer uma abordagem na rua? O que o leva a suspeitar de uma pessoa e não de outra? Quais são os procedimentos padrão que policiais devem obrigatoriamente seguir nas abordagens?

Ouvir policiais e obter dados das corporações têm se tornado crescentemente difíceis ao longo dos anos. Na pesquisa “Elemento suspeito”, há quase 20 anos, apesar das dificuldades o CESeC teve acesso a documentos internos, fez dezenas de entrevistas com oficiais, conversou com praças e fez visitas a batalhões da Zona Sul, da Zona Norte e da Zona Oeste. A descrição desses encontros e dados está registrada no livro publicado em 2005. Nos últimos anos, o CESeC tem tido grande dificuldade de acesso a informações das polícias e de entrevistas com membros da corporação. Essa não é uma dificuldade específica do CESeC. Projetos são inviabilizados e etapas de pesquisas são canceladas porque aguardam autorizações que não são concedidas.

É comum que pedidos de entrevistas e visitas fiquem meses nas gavetas de comandos sem serem respondidos. Pedidos de LAI têm sido respondidos frequentemente com negativas baseadas nos seguintes argumentos: “Este pedido enquadra-se no art 14, inc II e III, do Decreto Estadual nº 46.475/18, tendo em vista caracterizar-se como trabalho adicional, por necessitar de interpretação e consolidação dos dados das Operações, por OPM”. Isso é comum até mesmo em estados com governos que se dizem progressistas.

Na presente pesquisa “Policiamento e racismo no Rio de Janeiro em 2021”, decidimos não depender das respostas da polícia militar para dar seguimento às etapas. Depositamos os pedidos de entrevistas, documentos e dados e publicaremos o que for respondido pelas autoridades da polícia militar.



## Uma estratégia que respeita os avanços do nosso tempo

Duas importantes mudanças em relação às nossas estratégias de investigação em 2003 são: em primeiro lugar, todos os pesquisadores contratados para esta pesquisa no CESeC são negros e especializados ou interessados na temática do racismo. A segunda mudança é que em 2003 tivemos o apoio de ativistas do AfroReggae e da Cufa e de estudantes do Coletivo Negro do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ para nos explicar o que se passava com jovens negros nas ruas do Rio. Desta vez, criamos um conselho para nos ajudar a compreender, articular e analisar em profundidade os resultados dos levantamentos (ver página 18).

O presente boletim é um primeiro gesto no sentido de mobilizar parceiros, aliados e interlocutores em relação ao processo que iniciamos. Sabemos que a polícia não vai mudar por ela mesma.





# UMA ANÁLISE DO RACISMO SOB A ÓTICA DE NOVOS INTERLOCUTORES

*Diego Francisco*

Se tomarmos o racismo como fenômeno produzido e reproduzido cotidianamente, dirigido a grupos demarcados por diferenças e reafirmado em práticas formais e informais, temos a sensação de que, quanto mais se debate sobre esse tema, mais fundo vamos em sua compreensão. A análise dos fenômenos sociais nos impõe inúmeros desafios, e um deles está no fato de que as sociedades se transformam. Nas duas décadas que nos separam da primeira pesquisa “Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro”, inúmeras transformações ocorreram não apenas na vida da cidade, capital do estado do Rio de Janeiro, mas também no Brasil.

No Rio de Janeiro, vivemos ainda hoje os impactos da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Como parte desses projetos, vimos serem implantadas Unidades de Polícia Pacificadora, em sua maioria nas favelas da Zona Sul e na Zona Norte. Posteriormente, vivenciamos a falência desse projeto, uma Intervenção Federal na secretaria de segurança em 2018 e, no mesmo ano, a execução de Marielle Franco. Sem falar da expansão das milícias pela cidade.

Por outro lado, jovens e adultos constroem suas trajetórias para a produção de uma sociedade menos violenta e menos racista. É com essas pessoas que vivem cotidianamente o impacto de uma segregação espacial ignorada, que veem crianças perdendo suas vidas e que assistem, nos últimos anos, aos números da violência policial crescerem exponencialmente que queremos dialogar e ir a campo. Nessas duas décadas, sobretudo com o advento das cotas raciais, uma nova geração de estudantes adentrou as universidades brasileiras e impactou as pesquisas em todas as áreas de conhecimento, além de ampliar o debate sobre o tema do racismo.

Hoje, existe ainda a possibilidade de construção de narrativas, denúncias de violações de direitos e compartilhamento de vivências da população negra, periférica ou não, nas redes sociais. A primeira edição desta pesquisa foi capaz de produzir dados elementares para a discussão no campo de pesquisa da segurança pública; desta vez temos a chance de radiografar os impactos persistentes de um fenômeno que se aprofunda, se intensifica e se amolda ao seu tempo. É empreender a busca por compreender mecanismos que reforça cotidianamente o lugar das pessoas negras nesta cidade. Ampliaram-se os interlocutores e, ainda mais, a responsabilidade.



# NÃO DEBATER RAÇA É RACISMO

Pedro Paulo da Silva

Escurecendo os fatos: o Movimento Negro Unificado (MNU) estava sendo articulado em meados dos anos 1970.

Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton contam<sup>1</sup> que os estudos pioneiros do “campo de estudos e pesquisas sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” estavam sendo publicados nessa mesma época. Em seu primeiro documento, publicado em 1978, o MNU menciona algo muito caro para a discussão de segurança até os dias de hoje: a histórica violência policial. Nessa mesma época, Abdias do Nascimento lançava *O Genocídio do Negro Brasileiro*, desde então uma das referências centrais sobre raça, racismo e interpretações do Brasil. Apesar dessas coincidências históricas, a raça e o racismo não são categorias analíticas, centrais ou marginais nas publicações de autores pioneiros.

Também é notável que a intelectualidade preta, orgânica e acadêmica, não é mobilizada por pioneiros — a despeito de, à época, Alberto Guerreiro Ramos, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e Clóvis Moura terem publicado reflexões centrais sobre a temática. E, por fim, é fascinante observar que no livro de Lima e Ratton, com entrevistas de pesquisadores pioneiros sobre suas trajetórias intelectuais, não haja menção à luta antirracista como motivação primária para estudar “crime, violência e direitos humanos no Brasil”.

É justamente por isso que o racismo é fundamentalmente estrutural, isto é, se assenta em inúmeras práticas por parte de diversos atores e funciona de formas perceptíveis ou não. Por exemplo, o racismo também produz uma posição social e racial da pessoa branca, que é historicamente pouco discutida, como apontou Alberto Guerreiro Ramos há mais de 60 anos. A branquitude, como definem Tânia

---

<sup>1</sup> Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton falam do campo da segurança pública no livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil”

Müller e Lourenço Cardoso, cria uma percepção da realidade em que a experiência da pessoa branca é tida como universal e não há perspectiva racial.

Há concordância entre pesquisadores de que a violência do Estado brasileiro através das polícias é mais comum contra pessoas negras, mas esse fato é comumente lido como um “viés racial”, ou seja, um desvio do propósito democrático das polícias<sup>2</sup>, que pode ser solucionado por intervenções técnicas, digerindo a natureza desumanizante do racismo e auxiliando em sua manutenção. A narrativa de que o problema da polícia resulta de um “viés racial” em vez de ter sido criada por um propósito racista, é um argumento que se relaciona à branquitude, isto é, uma percepção de mundo em que a raça não é central. Esse argumento marginaliza o racismo do debate, sendo também uma expressão do próprio racismo. No entanto, em vez do racismo de Estado reconhecido, o que se vê é a branquitude do campo.



<sup>2</sup> O entendimento de que a polícia é uma instituição necessária em um Estado Democrático de Direito porque garante o direito à segurança pública por ação técnica e neutra.



## O FAVELADO PODE SE IDENTIFICAR?

*Itamar Silva*

Reflexões me ocupam no momento em que penso sobre a pertinência de retomar a pesquisa “Elemento suspeito” agora, quase 20 anos depois. Talvez fosse interessante e elucidativo fazer uma enquete para saber o que é ser carioca do ponto de vista de quem vive na favela e não é branco. As palavras não são inocentes e entrar na disputa de palavras e conceitos é também uma luta por direitos. Questões que estão invisíveis no substrato da sociedade, historicamente, estruturam as clivagens sociais e normatizam comportamentos discriminatórios das instituições, sobretudo daquelas ligadas à segurança.

Por essa razão, revisitar e atualizar a pesquisa que foi intitulada significativamente como “Elemento suspeito” é um instrumento mais que necessário no enfrentamento ao racismo estrutural. A marca do racismo da qual não se fala impõe restrições cotidianas aos corpos negros que circulam na cidade. E as mães expressam, dolorosamente, sua preocupação com o que isso pode significar para seus filhos.

O ponto é que esta não é uma situação conjuntural no Rio de Janeiro: esta é a norma. O medo expresso por essa mãe acompanha a maioria das mulheres moradoras de favela — em particular, aquelas cujos filhos não são brancos. A suspeição do corpo negro, principalmente jovem e periférico, que circula pela cidade, se mantém como cláusula pétrea no imaginário da cidade.

Os números de mortes e execuções pela ação da polícia não deixam dúvidas de quem morre, sob a mira daqueles que portam armas e agem em nome do Estado. Os dados publicados pelo Observatório da Segurança, no Relatório *A Cor da Violência*, em dezembro de 2020, revelam que 86% dos 1.814 mortos pela polícia são pessoas negras.

A Chacina do Borel, em 2003, com a execução de quatro jovens pela polícia militar, foi a motivação para a criação do movimento: “Posso me Identificar” – frase dita por uma das vítimas da chacina – que como o “Eu não posso respirar” de George Floyd, ampliou a luta e criou as condições para a formação da “Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência” que se articulou com o “Movimento de familiares de vítimas de violência”, conhecido como Movimento de Mães, conquistando maior visibilidade a partir de iniciativas das pessoas diretamente atingidas.



A continuidade da política de enfrentamento, do controle do território e do combate às drogas, marcas da política de segurança pública do Rio de Janeiro, tem contribuído para alimentar no imaginário da cidade a falsa convicção de que a “semente do mal” está nas favelas, e de que por isso é necessário ter carta branca para exterminá-la. É esse pacto que permite que as mortes por mãos da polícia nas favelas não produzam uma comoção social capaz de alterar os procedimentos das operações policiais.

Por isso, vitórias pontuais têm grande significado nesta luta. Destaco aqui a audiência pública sobre letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro coordenada pelo ministro Edson Fachin, em resposta ao descumprimento da ADPF das Favelas, realizada nos dias 16 e 19 de abril. Pela primeira vez, o STF ouviu o que familiares de vítimas, movimentos, ONGs e pesquisadores estão dizendo há décadas. No entanto, nos dias que se seguiram a polícia manteve suas operações – certamente um deboche que revela também um processo de enfrentamento das polícias com o STF.

As disputas continuam. Os tiros e as mortes, também. Nessa perspectiva, a pesquisa “Elemento suspeito” pode ser mais uma contribuição efetiva para desentocar o racismo estrutural instalado secularmente nas instituições e na estrutura mental da sociedade brasileira, evidenciando comportamentos e desconstruindo discursos.



# A POLÍCIA NÃO MUDA, MAS A PRESSÃO DA SOCIEDADE, SIM



*Silvia Ramos*

Em fevereiro de 2021, quando uma operação da polícia militar nas favelas de Quintino deixou 10 pessoas mortas, e um dia antes um policial havia matado a menina Ana Clara Machado, na porta de casa, em uma favela de Niterói, escrevi que as polícias haviam escolhido a letalidade como método e que o modelo do confronto independe do governo ou das dinâmicas de criminalidade<sup>3</sup>. No texto, defendi que as polícias não vão mudar e que a única forma de reduzir os danos causados pelas polícias é reduzir as polícias.

Recebi uma mensagem de um colega pesquisador que admiro, mas que ficou assustado: “Estou te escrevendo para dizer que fiquei preocupado com seu artigo. Acho complicada a defesa do desinvestimento na polícia. Precisamos reforçar os caminhos de aperfeiçoamento e de diálogo com as forças policiais. Nosso desafio hoje é romper a barreira que se ergueu a partir de 2013, e a sua voz é muito importante. Não nos abandone, Silvia!”

Não é abandono nem desistência que move minha perspectiva de estratégia de mudança das polícias e de luta contra o racismo. As polícias pioraram nas últimas décadas, não só no Brasil. As experiências de policiamento comunitário fracassaram e a distância entre possibilidades de reformas nos sistemas de saúde, educação e cultura e nos sistemas de justiça criminal se confirmaram abissais. A realidade se mostrou mais severa e eu também mudei.

Em 2003, coordenei, junto com Leonarda Musumeci, uma pesquisa pioneira no CEsC sobre abordagem policial no Rio de Janeiro. Um dos policiais entrevistados disse: “como os policiais dizem pelo rádio da viatura, ‘o abordado é sempre o elemento suspeito cor padrão’”.

---

<sup>3</sup> <http://observatorioseguranca.com.br/as-policias-fluminenses-escolheram-o-confronto-e-a-letalidade-como-metodo/>

No ano em que iniciamos a pesquisa “Elemento suspeito” original, iniciava-se o governo Lula. Luiz Eduardo Soares era secretário nacional de Segurança Pública e pessoas como Jacqueline Muniz e Renato Lima, entre outros, estavam no Ministério da Justiça tentando implantar compromissos do primeiro governo do PT. Hoje temos o governo Bolsonaro, comprometido com a milicianização das polícias no Brasil, e temos o governo Witzel/Castro, comprometido com a letalidade policial racista nas favelas. Com mais de 1.000 mortos pela polícia todos os anos, há quase uma década, na maioria negros, a situação chegou a ponto tão crítico que o STF teve que tentar um controle externo da polícia e do Ministério Público fluminenses: de fora para dentro e de cima para baixo.

Por outro lado, nunca tivemos movimentos negros tão fortes no Brasil como hoje. Nunca tivemos tantos pesquisadores e pesquisadoras negros e negras no CSEc e no nosso campo de estudos, nunca as organizações de pesquisa e de ativismo foram obrigadas a se debruçar sobre a temática racial. Influenciadores, mesmo fora do nosso campo, abraçaram a questão da violência policial, e a mídia dá importância aos dados e às evidências de que a polícia se estrutura como uma corporação racista.

O bolsonarismo vai passar, o governo Witzel/Castro vai se dissolver, governantes progressistas vão se eleger e as polícias não vão mudar. O que vai mudar as polícias é a pressão organizada da sociedade, de fora para dentro e de cima para baixo. Estou mais do que nunca entusiasmada com uma pesquisa que vai a campo.





# CONHEÇA O NOSSO CONSELHO DE PESQUISA



“Com pesquisas, dados e ciência sob ataque, é importante que a sociedade civil produza informações e diagnósticos – especialmente sobre segurança, campo onde os dados são subnotificados e, muitas vezes, incompletos.”

## **CECÍLIA OLLIVEIRA**

Jornalista e diretora no Instituto Fogo Cruzado



“A pesquisa se apresenta como importante instrumento para desvelar o racismo institucional do sistema de justiça, que tem o perfilamento racial como base para todo o sistema acusatório.”

## **DANIELE MAGALHÃES**

Mulher negra periférica, Coordenadora de Incidência do Instituto Marielle Franco



“Não é pela ausência de um documento formal que direcione a atuação das agências de controle do Estado que esse direcionamento não exista, ao revés: justamente por existir na informalidade é que demonstra sua faceta mais perversa.”

**JOEL LUIZ COSTA**

Advogado, do Jacarezinho e Coordenador Executivo do IDPN



“Esta é uma chance de contribuir para que uma realidade histórica não apenas seja transformada, mas exposta em praça pública, como os nossos corpos, que estão à margem há tanto tempo.”

**JOTA MARQUES**

Educador Popular e Conselheiro Tutelar



“Além da contribuição para o debate antirracista no campo da segurança pública, nossa presença aqui reforça que a participação social e popular na construção de outros olhares sobre nossa realidade é extremamente necessária para a mudança concreta dela.”

**MARCELLE DECOTHÉ**

Ativista Social e doutoranda em Sociologia



“Ser elemento suspeito no Rio de Janeiro é nascer negro, não tendo direito a ter direito e sendo desumanizado desde a sua gestação. A pesquisa permite que essa sociedade se transforme e essas vidas tenham o direito de viver.”

**MONICA CUNHA**

Coordenadora e Cofundadora do Movimento Moleque



“A pesquisa desnaturaliza procedimentos baseados em estereótipo, racismo e discriminação. Possibilita identificar marcadores, recorrências e efeitos pouco considerados nas análises quantitativas sobre a questão.”

**RACHEL BARROS**

Doutora em Ciências Sociais e moradora de Manguinhos



“Eu convivo constantemente com abordagens policiais. A pesquisa ‘Elemento Suspeito’ é essencial para demonstrar como a seletividade do método de suspeição policial se apresenta.”

**THIAGO NASCIMENTO**

Coordenador adjunto do IBCCRIM e Cofundador do LabJaca



“Quase 20 anos depois, o Rio ainda continua implicado com a mesma agenda de morte. É preciso destruir a definição de ‘suspeito’ como sinônimo de preto/a, pobre e favelado/a.”

**THUANE NASCIMENTO**

Estudante de Direito da UFRJ  
e Diretora Executiva do PerifaConnection

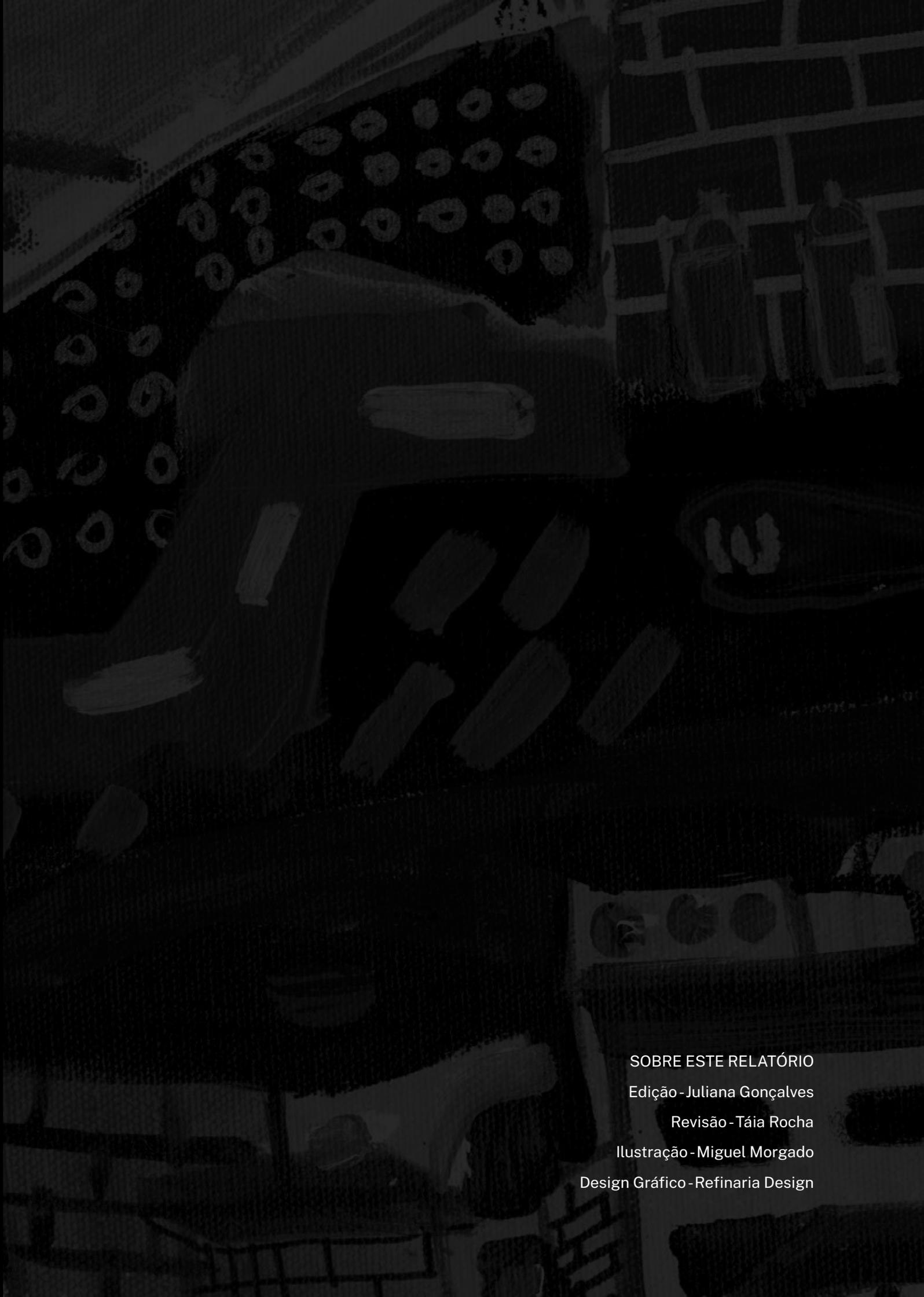


“Há uma questão racial por trás das abordagens policiais tão presentes no dia a dia de pessoas negras. Pensar sobre o tema é também uma forma de evitar muitas mortes.”

**WESLEY TEIXEIRA**

Coordenador do pré-vestibular popular  
+Nós e militante do movimento de  
evangélicos progressistas





## SOBRE ESTE RELATÓRIO

Edição - Juliana Gonçalves

Revisão - Táia Rocha

Ilustração - Miguel Morgado

Design Gráfico - Refinaria Design

